



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Diário da Manhã, de Goiás**

13 de agosto de 2009.

Jornalista: No dia 13 de agosto sua presença é esperada em Goiânia para o lançamento do Programa Moradia Digna, do Governo de Goiás, que em parceria com o governo federal (via Minha Casa, Minha Vida) e prefeituras, vai construir 50 mil moradias. O programa ainda prevê emissão de 80 mil escrituras de imóveis em situação de irregularidade fundiária e regularização financeira de 33 mil contratos. O senhor espera voltar a Goiás para inaugurar essas casas ainda durante seu mandato?

Presidente: Estou muito feliz por constatar que há uma forte integração entre o programa Moradia Digna, do governo de Goiás, e o programa Minha Casa, Minha Vida, do nosso governo. Para a construção de 50 mil moradias no estado, estão sendo investidos recursos da União, do governo estadual e das prefeituras no montante de R\$ 1,25 bilhão. A execução do que foi planejado não depende unicamente do governo federal, e sim de todos os atores envolvidos, incluindo a iniciativa privada. O prazo médio de construção de empreendimentos habitacionais é de doze meses e as obras já tiveram início em vinte municípios. Nosso objetivo, dos governos federal e estadual, é entregar pelo menos 21 mil moradias até o final de 2010. Quero voltar a Goiás para cumprimentar os beneficiados. Sei que haverá muita emoção na entrega das chaves, pois afinal a conquista da casa própria é um momento sonhado por muita gente durante toda a vida. Uma das nossas prioridades é exatamente ampliar os investimentos em habitação, sobretudo para famílias de baixa renda. E não vamos nos limitar apenas à construção dos imóveis – nossos planos incluem investimentos em infraestrutura e em ações voltadas para a



educação, saúde, proteção do meio ambiente, esportes, lazer e geração de emprego e renda.

Jornalista: O senhor vai firmar novas parcerias com o governador Alcides Rodrigues para investimento em obras no Estado de Goiás?

Presidente: O governador Alcides Rodrigues e os prefeitos goianos têm sido fundamentais para o sucesso dos projetos do governo federal em Goiás. Só através do PAC, estamos investindo no Estado nada menos que R\$ 26,8 bilhões, de 2007 a 2010, em infraestrutura energética, infraestrutura logística (sistemas, vias e terminais de transportes) e infraestrutura social e urbana, que inclui obras de saneamento e habitação. São centenas de obras em várias fases: ação preparatória, em licitação, na fase de contratação, em execução e concluídas. Ao mesmo tempo em que injetamos recursos na economia local e geramos empregos, estamos, ao investir em infraestrutura, criando os alicerces para uma fase de desenvolvimento duradouro e sustentável. Quero registrar também que, além dos investimentos do PAC, temos várias outras ações em parceria com o Estado e com as prefeituras. Por exemplo, estamos expandindo a rede federal de ensino técnico. O Estado, que tinha seis escolas técnicas, agora terá mais sete. Quatro estão com obras em andamento e três nós já inauguramos e estão em funcionamento: as unidades de Itumbiara, Uruaçu e Inhumas; pelo Prouni, estamos fornecendo bolsas de estudos a 10.700 estudantes de Goiás; com o Pronaf, firmamos mais de 40 mil contratos com pequenos agricultores, no valor de R\$ 328 milhões, para o financiamento da safra agrícola 2007/2008; com o Bolsa Família, estamos atendendo 282 mil famílias no Estado. Todos esses programas e todas as obras do PAC só estão caminhando a contento devido à parceria proveitosa entre a União, o Estado e os municípios.



Jornalista: Sindicância interna instaurada pela Controladoria Geral da União na Valec Engenharia altera previsão de entrega do trecho da Norte-Sul de Itaqui (MA) a Anápolis (GO) para julho de 2010 e da conclusão até São Paulo, esperada para 2011?

Presidente: Na realidade, a sindicância interna na Valec foi instaurada pelo seu próprio presidente em outubro do ano passado, a pedido do Ministério dos Transportes, para que fossem apuradas eventuais irregularidades. Na semana passada, a CGU – Controladoria Geral da União – decidiu encampar os trabalhos de investigação, sem que houvesse interferência no ritmo das obras. As possíveis alterações nos prazos, por diminuição no ritmo dos serviços, portanto, são hoje decorrentes de retenções cautelares determinadas pelo TCU – Tribunal de Contas da União. Mas ainda é muito cedo para dizer se haverá ou não atraso nesse trecho. A Valec está trabalhando junto ao TCU para eliminar as divergências em relação a preços e para que a conclusão de todos os trechos ocorra dentro dos prazos previstos. No momento, temos o seguinte panorama: antes do PAC, a Norte-Sul tinha apenas 215 km concluídos (Açailândia/MA–Aguianópolis/TO); pelo PAC, nós já inauguramos mais 356 km (Aguianópolis/TO–Guaraí/TO); estão previstos para serem concluídos em 2010 mais 1.003 km (Guaraí/TO–Anápolis/GO); e com previsão de término em 2011, há mais 680 km (Anápolis/GO–Estrela D'Oeste/SP).

Jornalista: O governo de Goiás pleiteia a liberação de R\$ 1,35 bilhão para ajudar a salvar a Celg, estatal de energia do Estado. O senhor comunicou em abril, durante inauguração do Ifet de Itumbiara a autorização para o Estado buscar o empréstimo. Até o momento, o dinheiro ainda não foi liberado. O governo federal pode ajudar em outro passo para agilizar a transação?

Presidente: Nós temos todo interesse e estamos empenhados em encontrar



uma solução para o saneamento da Celg. O governo federal tem colaborado por meio da atuação da Eletrobrás, na qualidade de maior credora da empresa, em conjunto com o BNDES e a própria distribuidora, para o equacionamento da liberação de recursos. O ministro de Minas e Energia tem acompanhado atentamente a questão, participando inclusive da reunião ocorrida no início deste mês no Ministério, com a presença do governador Alcides Rodrigues, do secretário da Fazenda e do diretor-presidente da Celg. A solicitação do governo do Estado é de um financiamento no valor de R\$ 1,35 bilhão, que seria dividido meio a meio entre o BNDES e o Banco do Brasil. Segundo análise financeira do BNDES esse empréstimo não alteraria o perfil da Celg, em função de suas dívidas, algumas de custo muito elevado. Além disso, há preocupação com a administração da companhia. Uma das possibilidades estudadas é a venda de ações da Celg, ou no mercado, ou para a Eletrobrás, considerando-se a hipótese de federalização da companhia, com uma gestão compartilhada. No momento, está sendo feita a avaliação do valor da empresa para possibilitar essa negociação. Eu acredito que, com o esforço de todas as partes envolvidas e, considerando o estágio das negociações, em breve será assinado um acordo que aponte para o equacionamento do problema.

Jornalista: O senhor vai interferir na sucessão governamental em Goiás para ter uma chapa única formada por partidos aliados ao senhor na disputa ao governo goiano, inclusive indicando nomes de potenciais candidatos?

Presidente: A questão da sucessão governamental em Goiás deve ser decidida, em última instância, pelas representações regionais dos partidos. Eu não vou interferir, não é esse o meu papel, mas acho que posso dar minha opinião, dialogar, sugerir. Espero, por exemplo, que os partidos da base aliada possam caminhar unidos para as eleições, montando uma chapa única. Mas sei também que muitas vezes a história de cada partido e as disputas locais



impedem essa união. Não é o melhor cenário, mas também não é o fim do mundo. Os partidos podem concorrer no nível local e permanecer unidos na esfera federal, como já aconteceu em eleições anteriores, sem que tenha havido maiores problemas. Mas eu trabalho pela unidade - é o melhor para Goiás e para o Brasil. Independentemente do que venha a acontecer, eu quero agradecer o carinho das lideranças locais e o apoio que vêm dando ao meu governo. As eleições ainda estão muito distantes, até lá muita água ainda vai passar embaixo da ponte e, enquanto isso, vamos continuar trabalhando em favor do povo goiano.